

NORMATIVAS POR SETOR

[illegible]

NORMATIVAS GERAIS - se aplicam a toda a Zona de Amortecimento				
As atividades agropecuárias que, em função de seu reduzido potencial poluidor/degradador sejam passíveis de dispensa de licença ambiental, seguirão as normativas vigentes devendo o produtor obter a "Declaração de Conformidade da Atividade Agropecuária" junto à Coordenadoria de Assistência Técnica Integral-CATI, da Secretaria da Agricultura.	As solicitações de instalação de empreendimentos, bem como suas renovações de licença, seguirão o trâmite rotineiro dos processos de licenciamento.	Nas ações de restauração ecológica de reserva legal e APP, o plantio de espécies exóticas com potencial de invasão é proibido, conforme artigo 11, § 5º Resolução SMA nº 32/2014.	O cultivo e criação de espécies exóticas com potencial de invasão pautar-se-ão pelos seguintes critérios: a) Cultivos e criações existentes: caso a Fundação Florestal constate invasões de espécies exóticas invasoras, ou a iminência destas, no interior da unidade de conservação, emitirá comunicado, lastreado em parecer técnico, ao(s) produtor (es), diretamente ou por meio do órgão licenciador (para o caso de empreendimentos licenciáveis) para que apresentem estratégias e implementem medidas de saneamento da bioinvasão em questão. O empreendedor deverá adotar medidas que impeçam a continuidade do processo de bioinvasão e apresentar, em até 60 dias, projeto de recuperação pelos danos causados e monitoramento. b) Novos cultivos e criações: submissão da proposta ou projeto do empreendimento à análise da Fundação Florestal, diretamente ou por meio do órgão licenciador (para o caso de empreendimentos licenciáveis), a fim de que se estabeleçam as medidas preventivas, mitigatórias ou saneadoras que o caso ensejar. Para esses casos, o órgão gestor deverá emitir Parecer Técnico, em até 60 dias. c) Para ambos os casos, a Fundação Florestal estabelecerá procedimentos, por meio de Portaria Normativa. d) Os procedimentos serão aplicados até que a espécie seja avaliada conforme previsto no artigo 3º da deliberação CONSEMA Normativa nº 2 de 9 de novembro de 2011.	No caso dos empreendimentos rurais onde for aplicável, as proposições de impacto ambiental deverão considerar: a) aos impactos sobre os sistemas de drenagem; b) ao equacionamento de passivos: recuperação incluíam: controle de processos de pedogênese, em detrimento de sedimentos nos vales e calhas das áreas, ao restabelecimento da conectividade e material particulado à rede de drenagem.
O cultivo ou criação das espécies reconhecidas como exóticas invasoras são proibidas em toda a zona de amortecimento, conforme lista de espécies constante na Deliberação CONSEMA 30/2011, de 9 de novembro de 2011, 289ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA.	Para empreendimentos minerários classificados no processo de licenciamento como de significativo impacto, a exigência de RAP ou EIA-RIMA dar-se-á por força de normativa legal e os temas a serem tratados deverão ser pelo menos: vias de acesso, águas superficiais, pilhas de resíduos e partículas sólidas e sedimentos, além de outros previstos no processo de licenciamento.	A supressão de vegetação nativa não deve comprometer a função ambiental do fragmento florestal com perda de conectividade com o PETAR, em conformidade com a legislação vigente.		
No caso dos empreendimentos minerários, nos setores da zona de amortecimento onde for aplicável, deverão ser desenvolvidos estudos hidrogeológicos em escala local, a exemplo de levantamento de nascentes, sumidouros e ressurgências, e dos sistemas de drenagem superficial e subterrânea, a exemplo de direção de fluxo.		No caso de instituição de Reserva Legal, áreas verdes, áreas compensatórias ou similares, recomenda-se que estas estabeleçam conectividade biológica com o parque e os setores contíguos, sempre que possível.		

<p>ineroindustriais, nos setores da zona de amortecimento</p> <p>de medidas de minimização, mitigação e compensação</p> <p>to deverão dar especial atenção:</p> <p>temas hidrológicos subterrâneos que impliquem no</p> <p>ixamento do lençol freático</p> <p>s socioambientais, recomendando-se que as medidas de</p> <p>processos erosivos viabilizando processos de infiltração e</p> <p>processos de escoamento superficial e deposição de</p> <p>s drenagens; revegetação com espécies nativas voltadas</p> <p>ade dos fragmentos florestais; medidas de contenção de</p> <p>le drenagem; recuperação de áreas de preservação</p> <p>permanente.</p>	<p>O uso de agrotóxicos e outros insumos agrícolas pautar-se-á pelos seguintes critérios:</p> <p>a) Diagnosticada a contaminação por resíduos de agrotóxicos ou outros insumos agrícolas no interior do PETAR, aferida por meio de medições e/ou monitoramento realizado pelos órgãos competentes, que potencial ou efetivamente afetem a biota da unidade de conservação, fica as propriedades causadoras da contaminação sujeitas à obrigatoriedade da cessação da aplicação dos insumos ou sua redução a níveis que não causem a poluição identificada.</p> <p>b) Para os casos acima tipificados, o ajuste com relação à aplicação dos insumos será feito entre as partes envolvidas, com a participação dos órgãos competentes ou outras instituições com comprovada capacidade técnica para estabelecer e monitorar os níveis toleráveis dos resíduos que possam causar impacto ao PETAR.</p>